



---

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

---

Autos nº 0000660-72.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da 2ª Vara da comarca de Ibirama

### ATIVIDADE CORREICIONAL

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 12/2015-CGJ

Período da correição: 25-5-2015 a 24-7-2015

### EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Analista Jurídico: André Pacheco



## **INTRODUÇÃO**

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## DADOS DA UNIDADE

Comarca: Ibirama

Unidade: 2ª Vara

Municípios integrantes: Ibirama e José Boiteux

Juiz titular: Daniel Lazzarin Coutinho

Chefe de cartório: Verônica Poffo

Última correição por equipe da CGJ/SC: (4-7-2011 a 8-7-2011)  
(0010780-19.2011.8.24.0600)

Competência: Res. 16/2014-TJ, Art. 2º Compete ao Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Ibirama: I - processar e julgar: a) os feitos criminais e as execuções penais (art. 93 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); b) os feitos relativos à Fazenda Pública (art. 99 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); c) os feitos relativos aos registros públicos (art. 95 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); d) as ações constitucionais (mandado de segurança, ação civil pública, ação popular e habeas data); e) as ações acidentárias (art. 109, I, da Constituição da República Federativa do Brasil) e as previdenciárias (art. 129, II, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991); f) as infrações penais de menor potencial ofensivo (arts. 60 e 61 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); g) as causas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006); e h) as ações de Direito Bancário e de contratos com alienação fiduciária em garantia (Decreto-Lei n. 911, de 1º de outubro de 1969) que envolvam as instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central do Brasil (arts. 17 e 18 da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964) e também as empresas de factoring, excluídas as ações de natureza tipicamente civil, incluídas aquelas decorrentes de cessão civil de crédito originariamente contempladas nesta alínea. II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. III - exercer as funções concernentes à corregedoria dos presídios (art. 93, § 1º, da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979). Parágrafo único. Os processos referidos nos incisos I e II deste artigo, atualmente em tramitação na 1ª Vara da comarca de Ibirama, serão redistribuídos ao Juiz de Direito da 2ª Vara.

Entrância: Final

Data da instalação/lei de criação: 26-11-2001/LC 181/99 de 21-9-1999

Observações:



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ 5 – Processos eletrônicos

#### ACERVO PROCESSUAL

	Indicador	Valor	
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		1.526
1.1.2	Processos em andamento	1.289	
1.1.3	Procedimentos em andamento	237	
1.1.4	Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		74
	Cível – Genérico – Processo		
1.1.4.1	Ag. Encerramento do Ato	11	
1.1.4.2	BacenJud – Concluso Decisão	4	
1.1.4.3	Concluso para Decisão Interlocutória	2	
1.1.4.4	Concluso para Despacho	9	
1.1.4.5	Concluso para Despacho Saneador	1	
1.1.4.6	Concluso para Sentença	1	
1.1.4.7	Recebido do Juiz – Sentença	1	
	Criminal – Genérico – Processo		
1.1.4.8	Ag. Encerramento do Ato	15	
1.1.4.9	Ag. Prazo	1	
1.1.4.10	Concluso para Sentença	3	
1.1.4.11	Cumprir audiência	7	
	Execução Fiscal – Processos		
1.1.4.12	Ag. Encerramento do Ato	12	
	Execução Penal – Processo		
1.1.4.13	Ag. Encerramento do Ato	3	
	Juizado Especial Criminal – Processo		
1.1.4.14	Ag. Prazo	4	
	Indicador	Valor	
1.1.5	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)	Total	+ 100 dias
1.1.5.1	Contadoria	4	0
1.1.5.2	Distribuição	6	0
1.1.5.3	Ministério Público	22	0
1.1.5.4	Serviço Social	1	0
1.1.6	Observações		
	a) Informações obtidas em 25-8-2015.		
	b) O SAJ 5 foi instalado na unidade em maio de 2014.		



## 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

### ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.891
1.2.2	Processos em andamento	2.605
1.2.3	Procedimentos em andamento	286
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	72
1.2.5	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: julho de 2015 (mês atual).		
b) Existem 10 processos ativos na antiga Vara Única (0000021-91.1996.8.24.0027, 0000041-19.1995.8.24.0027, 0000071-88.1994.8.24.0027, 0000085-38.1995.8.24.0027/001, 0000118-62.1994.8.24.0027, 0000705-79.1997.8.24.0027, 0000804-78.1999.8.24.0027, [REDACTED], 0002145-08.2000.8.24.0027 e 0002884-15.1999.8.24.0027).		

### PROCESSOS EM CARGA

	Indicador	Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga	607
	Local	Total + 100 dias
	Cargas internas	
1.2.7	Contadoria	28 0
1.2.8	Distribuição	5 5
1.2.9	Juiz (Daniel Lazzarin Coutinho)	319 11
1.2.10	Ministério Público	6 2
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ	
1.2.11	Advogado	146 4
1.2.12	Delegacia de Polícia	59 53
1.2.13	Leiloeiro	11 0
1.2.14	Perito	7 0
1.2.15	Procuradorias	26 1
1.2.16	Observações	
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: julho de 2015.		

### PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Valor
1.2.17	Quantidade total de processos com o juiz (físicos + eletrônicos)	336

### PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.18	Janeiro a dezembro de 2013	1.844	154
1.2.19	Janeiro a dezembro de 2014	1.739	145
1.2.20	Janeiro a julho de 2015	1.537	220
1.2.21	Observações		
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).			



### 1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	2	2
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		0	5
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		1	7
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		0	0
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		5	7
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		2	1
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		11	2
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	187	93
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 19-5-2014. b) Segunda verificação em 25-8-2015 c) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm</a> . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	27	0	13	1
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	6	0	0	0
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	37	7	14	3
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	100	80	117	98
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	138	11	7	0
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	30	5	21	8
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	119	15	142	11
1.3.11.8	Cartório - arquivar	7	0	54	4
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	5	1	10	0
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	12	0	9	2
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	0	0	0	0
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	6	0	1	0
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	143	47	91	18
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	66	10	247	48
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	0	0	5	0
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	126	2	6	2
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	0	0	0	0
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 19-5-2015.				
	b) Segunda verificação em 25-8-2015.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



#### 1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	2	0
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		33	0
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		5	0
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		11	4
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		5	3
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.4.7	Réu preso	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	26	30





1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 30-4-2015)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	997	355
	Petição intermediária		160	117
	Peticionamento eletrônico		3	1
	Mandados		11	3
	AR		11	7
	Execução de sentença		0	0
	Incidente processual		1	1
	Ação incidental		0	0
	Movimentação		66	16
	Pauta de audiências		4	4
	Carga		327	53
	Cartas recebidas		199	46
	Processo		81	3
	Recurso		1	1
	Usuário	133	103	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"		0	0
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros		7	1
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias		1	10
1.4.12	Observações			
a) Primeira verificação em 19-5-2015.				
b) Segunda verificação em 25-8-2015.				



### 1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	23	7
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		0	59
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		4	3
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		8	6
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário – PJP.		50	32
1.5.6	Observações			
<p>a) Primeira verificação em 20-5-2015.</p> <p>a.1) Itens 1.5.2: até a edição da nova fórmula de cálculo, a consulta não abrange os processos distribuídos no ano de 2011. Embora a meta estabelecida pelo CNJ esteja cumprida, há ainda 61 processos pendentes de julgamento para que sejam atingidos 100% dos processos distribuídos até 31-12-2010.</p> <p>a.2) Itens 1.5.3 e 1.5.4: os números referem-se aos processos pendentes de julgamento no final de abril-2015</p> <p>a.3) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p> <p>b) Segunda verificação em 25-8-2015.</p> <p>b.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de julho de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (<a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>b.2) Item 1.5.5: O relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p>				



## 1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não alimentado	Não alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Parcialmente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Parcialmente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.6	Observações	<p>a) Primeira verificação em 20-5-2015.</p> <p>a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 9-3-2015.</p> <p>a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 148 registros de processos e 544 registros de bens no sistema. Em consulta por amostragem ao sistema SAJ, verificou-se 20 processos, destes, 9 foram cadastrados no SNBA (0003325-05.2013.8.24.0027, 0002102-17.2013.8.24.0027, 0001722-57.2014.8.24.0027, 0001418-58.2014.8.24.0027, [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], 0000171-13.2012.8.24.0027, [REDACTED] e 11 não foram cadastrados no SNBA (0002925-25.2012.8.24.0027, 0002989-98.2013.8.24.0027, 0002932-85.2010.8.24.0027, [REDACTED], 0001169-44.2013.8.24.0027, 0000914-52.2014.8.24.0027, [REDACTED], 0001536-39.2011.8.24.0027, 0000863-75.2013.8.24.0027, 0003197-19.2012.8.24.0027).</p> <p>a.3) Item 1.6.3 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): não está alimentado o mês de julho de 2009.</p> <p>a.4) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>a.5) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 25-8-2015.</p> <p>b.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 2-7-2015</p>		



b.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 186 registros de processos e 637 registros de bens no sistema. Em consulta por amostragem ao sistema SAJ, verificou-se 20 processos, todos os quais foram cadastrados no SNBA [REDACTED], [REDACTED], 0000629-25.2015.8.24.0027, [REDACTED], 0000914-52.2014.8.24.0027, 0001169-44.2013.8.24.0027, 0001707-35.2007.8.24.0027, 0001722-57.2014.8.24.0027, 0002102-17.2013.8.24.0027, 0002932-85.2010.8.24.0027, 0003325-05.2013.8.24.0027, 0000171-13.2012.8.24.0027, 0001722-57.2014.8.24.0027, 0000015-88.2013.8.24.0027, 0000049-92.2015.8.24.0027, 0000129-32.2010.8.24.0027, [REDACTED], [REDACTED], 0000287-14.2015.8.24.0027).

b.3) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

b.4) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



### 1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



## CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

---

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 14 de setembro de 2015.

Geraldo Della Giustina  
Assessor Técnico Correicional – Mat. 3.059

André Pacheco  
Analista Jurídico - M20683